



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

Alterado pela
Lei nº 199/97
239/99

LEI Nº 051/93, DE 24 DE SETEMBRO DE 1.993.

"Dispõe sobre regulamentação de gratificação pelo exercício de função com risco de vida e saúde por funcionários Municipais e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS, Estado de Goiás, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É regulamentada por esta Lei a Gratificação pelo exercício de função com risco de vida e saúde por Funcionário Municipal ocupante, ocupante de Cargos de Provimento Efetivo, nos termos do art. 96, IV do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município.

Art. 2º - O exercício de trabalho em condições insalubres, por funcionários Municipais, acima dos limites de tolerância, assegura a percepção de gratificação respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento), do valor da referência salarial inicial do quadro de referências salariais dos cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal, segundo se classefiquem nos graus: máximo, médio e mínimo.

§ 1º - Para concessão da gratificação pelo exercício de função com risco de saúde, nas disposições constantes do art. 2º, deverá preceder à concessão a portaria do Chefe do Executivo Municipal, na qual constará obrigatoriamente a lotação e as condições do local de trabalho.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

§ 2º - Os níveis de Classificação das atividades in salubres corresponderão aos seguintes critérios, independentes do cargo a que o funcionário ocupe:

- I - NÍVEL MÁXIMO - nas atividades com coleta de lixo residencial, coleta de dejetos de fossas sépticas, sumidouros e esgotos sanitários, atividades necrópticas;
- II - NÍVEL MÉDIO - nas atividades hospitalares de modo geral; nas atividades laboratoriais, nas atividades de Raio X;
- III - NÍVEL MÍNIMO - nas atividades médicas ambulatoriais e em postos de Saúde, na atividade de limpeza de vias públicas; nas atividades desenvolvidas em consultórios odontológicos.

§ 3º - Terão também direito ao índice concedido ao nível máximo, as enfermeiras portadoras de curso técnico, bem como as auxiliares de enfermagem.

Art. 3º - O exercício de trabalho em condições de risco de vida, por funcionário Municipal, ensejará a concessão de uma gratificação de 30% (trinta por cento) sobre o salário base, sem os acréscimos resultantes de outros benefícios de remuneração.

§ 1º - A concessão desta gratificação dependerá de portaria, onde constará obrigatoriamente a lotação e as condições de desempenho da função.

§ 2º - Classifica-se, no âmbito da Administração, como atividade de risco o trabalho com eletricidade, estando autorizado ao Chefe do Executivo Municipal, deferir por ato próprio



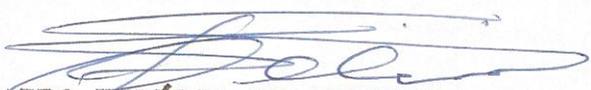
ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS

após consistente perícia, outra atividade que porventura venha ser incluída nesta classificação.

§ 3º - Desde já fica autorizado ao Chefe do Executivo Municipal a custear seguro de vida para os funcionários que venham desempenhar as atividades com risco de vida.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos iniciando no dia 1º do mês subsequente, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalzinho de Goiás, 24 de setembro de 1.993.


OSVALDO FELÍCIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIDÃO
Certifico e dou fé que este ato foi publicado
na presente data i. 24/09/93
Cocalzinho de Goiás - GO.
EVANGELISTA GCMES
Sec. de Administração

